

Sistematização**Capítulo sobre reforma agrária é "retrocesso", afirma Cabral**

Da Sucursal de Brasília

O relator da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), de centro (segundo levantamento da Folha publicado, no dia 19 de janeiro, no caderno "Os Eleitos"), classificou ontem como "retrocesso" o capítulo sobre reforma agrária aprovado pela Comissão da Ordem Econômica. Segundo ele, "é preciso sair do retrocesso, porque ficamos aquém do Estatuto da Terra" — uma lei aprovada na época do governo do presidente Castelo Branco, em vigor até hoje. "Não é possível que não avancemos nesse ponto", disse Bernardo Cabral, que ontem começou a receber os anteprojeto aprovados nas oito comissões temáticas.



"A medida em que avançarmos nossos trabalhos, o clima emocional tende a ceder lugar para a negocia-

ção política", disse ainda Cabral. Em busca de um entendimento que reflita a opinião da maioria dos constituintes, o relator da Comissão de Sistematização — responsável pela redação da Constituição, a partir das propostas das comissões temáticas — espera que os grupos de direita e de esquerda façam "concessões" em suas propostas. "Espero que o bom senso prevaleça", disse ele.

Além da reforma agrária, Cabral destacou a duração do mandato do presidente José Sarney e o sistema de governo ("neoparlamentarismo") sugerido para a nova Constituição como os pontos mais polêmicos desta fase do Congresso constituinte. Mesmo discordando do parecer final de outras comissões temáticas, Cabral disse que "não vai avançar em nada" no anteprojeto de Constituição que apresentará aos 63 membros de Sistematização no próximo dia 26.

O presidente da Comissão da Ordem Econômica, deputado José Lins (PFL-CE), de centro-direita, entregou ontem ao deputado Bernardo Cabral o anteprojeto final da sua comissão.

**Bispos acham que indecisão governamental gera violência**

Da Reportagem Local

Quatro dos dez bispos católicos brasileiros incluídos na lista divulgada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) com os nomes de 125 pessoas ameaçadas de morte em todo o país, por causa de seu apoio à reforma agrária, disseram ontem à tarde que o recrudescimento da violência fundiária no Brasil deve-se à "indecisão" do governo federal em mudar a estrutura agrária brasileira, à impunidade dos mandantes de crimes ligados à questão da terra e "ao livre trânsito concedido, pelas autoridades, às forças contrárias a qualquer transformação — por menor que seja — que possa levar a uma melhor distribuição da terra no Brasil". Destacaram, porém, que vão "continuar lutando", apesar das ameaças recebidas — a maioria delas de forma anônima.

D. Marcelo Pinto Carvalheira, 59, bispo de Guarabira (85 km a noroeste de João Pessoa-PB) e responsável pelos leigos e comunidades de base

**Igreja denuncia mortes em conflitos fundiários**

Da Reportagem Local

O bispo de Ji-Paraná (365 km a sudeste de Porto Velho-RO), d. Antônio Possamai, 68, disse ontem, às 14h30, em Pimenta Bueno (RO), onde está fazendo visita pastoral, que a Igreja Católica local está apurando a morte de seis lavradores, em conflito fundiário ocorrido na semana passada, na zona rural de Pimenta Bueno, em choques com grileiros de terras. Acrescentou que a Igreja, a Pastoral da Terra e outras entidades promoverão, no próximo sábado, em Ji-Paraná, a primeira Romaria da Terra de Rondônia, com o lema "Resistir, partilhar e não migrar", com o objetivo de fazer pressão sobre as autoridades em favor da reforma agrária.

Em Bacabal (245 km a sudeste de São Luiz-MA), o frade franciscano Heriberto Rembecki, 47, assessor do bispo diocesano, d. Pascásio Rettler, em cinco áreas rurais da região central maranhense "com o risco iminente de uma explosão generalizada de violência". Na fazenda São Manuel, município de Junco, 35 famílias de posseiros estão sendo ameaçadas, segundo frei Heriberto pelo grileiro Adelino Barbosa Lima.

na Comissão Episcopal de Pastoral (CEP), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), disse ontem, às 13h30, que as ameaças de morte que já recebeu "não são nada diante do sofrimento dos lavradores e posseiros" brasileiros.

Já o bispo de Ji-Paraná (365 km a sudeste de Porto Velho-RO), d. Antônio Possamai, 58, disse ontem, às 14 h, em Pimenta Bueno (520 km a sudeste de Porto Velho), onde faz visita pastoral, que "falta ao governo vontade política de fazer a reforma agrária, os mandantes de crimes no campo continuam impunes, as forças contrárias à reforma agrária têm trânsito livre em todas as repartições federais e o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário não tem a menor condição para trabalhar".

Outro bispo ameaçado de morte, d. Aldo Mongiano, 67, italiano, disse ontem, às 14h30, em Boa Vista (RR), onde é responsável pela Igreja Católica, que está "muito preocupado com o que está ocorrendo no meio rural brasileiro".

**Em Belém, um ato público lembra morte de advogado**

Da correspondente em Belém

Cerca de trezentas pessoas participaram ontem, às 10h, de ato público promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do Pará, em protesto pelo assassinato do assessor jurídico da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado, advogado Paulo Fontelles — ocorrida na quinta-feira passada, no município paraense de Ananindeua (10 km a leste de Belém). Desde dezembro, Fontelles era advogado do sindicato.

O superintendente regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), Ronaldo Barata — presente ao ato —, afirmou que já pensou em deixar o posto, em virtude da "morosidade do processo de reforma agrária no país e a forte influência de interesses contrários". Acrescentou que "manteremos a esperança de que, paulatinamente, se for possível, conseguiremos realizá-la. Enquanto isso, porém, presenciaremos o tombamento de homens que lutam por sua execução, como Paulo Fontelles". O deputado paraense João Carlos Batista, do PMDB, também participou do ato público, realizado no auditório daquele sindicato.